



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682559 - SP (2021/0233672-2)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : JULIANA PEREIRA BICUDO DE PAULA E OUTRO
ADVOGADOS : ARY BICUDO DE PAULA JUNIOR - SP051619
JULIANA BICUDO DE PAULA PIRES - SP275707
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALEX SANDRO DIAS DE PAULA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALEX SANDRO DIAS DE PAULA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravo de Execução Penal n. 0005927-17.2020.8.26.0625).

O Juízo da Execução reconheceu a falta grave praticada pelo apenado, regredindo-o para o regime fechado.

Os impetrantes sustentam que a responsabilidade individual de cada um dos envolvidos não teria sido comprovada, razão pela qual a punição por falta grave seria ilegal.

Alegam que não seria possível atribuir uma falta disciplinar ao paciente sem que fosse declinado algum ato passível de caracterizá-la.

Requerem, liminarmente e no mérito, a absolvição do paciente ou, ainda, a desclassificação dos fatos para falta disciplinar de natureza média.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado depreende-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção do reconhecimento da prática de falta grave (fls. 181-185):

[...]

Analizando os elementos de convicção constantes dos autos, verifica-se que o comportamento de ALEX SANDRO caracteriza falta disciplinar de natureza grave expressamente prevista no art. 50, inciso I, cc. art. 39, inciso IV, ambos da LEP.

Isso porque, de acordo com a sindicância reproduzida às fls. 57/72, no dia 16.3.2020, iniciou-se rebelião no interior do Centro de Progressão Penitenciária "Dr. Edgard Magalhães Noronha" (PEMANO) de Tremembé/SP, com a participação de inúmeros reeducandos, após a notícia de determinação judicial acerca da suspensão da saída temporária devido à pandemia do Covid-19 (coronavírus).

Naquela ocasião, alguns detentos perseguiram os funcionários até o setor de Portaria arremessando pedras, objetos e alimentos, ao passo que utilizavam palavras de baixo calão, fazendo menção, ainda, ao crime organizado (PCC).

Alguns deles estavam munidos de facões, enxadas e porretes obtidos na despesa de ferramentas, uma vez que as portas dos setores foram arrombadas. Eles também montaram barricadas defronte ao setor de Portaria, a fim de impedir o acesso da força policial, enquanto outros ateavam fogo no local, destruindo a estrutura física do estabelecimento prisional, sendo que tal movimento de rebelião perdurou por aproximadamente 15 horas.

A referida ocorrência ocasionou danos de grande monta na estrutura do prédio e destruição de documentos, maquinários, mobiliários, aparelhos, computadores, materiais de trabalho, gêneros alimentícios, medicamentos, colchões, rouparia e outros produtos que se destinavam à distribuição aos próprios detentos ali recolhidos.

Colocou-se em risco, igualmente, a integridade física tanto da população carcerária, quanto de todo o corpo funcional da unidade prisional.

Consta, por fim, que após o trabalho de contenção dos presos revoltosos, em que se mostrou necessária a intervenção do Grupo de Intervenção Rápida (GIR), funcionários que lá se encontravam desde o início do tumulto identificaram alguns dos participantes que puderam seguramente reconhecer no transcorrer da confusão, sendo um deles o ora agravante, inclusive apontado como uma das lideranças do ato subversivo.

Os fatos foram confirmados por ALEX SANDRO, que apenas negou o seu envolvimento, ressaltando que sequer tinha ciência da razão pela qual estava incluído no objeto da investigação, pois eram muitos os rebelados e impossível a sua identificação (fl. 66).

Nada obstante, os servidores ouvidos durante a sindicância, de modo claro e convergente, confirmaram e detalharam a ocorrência, bem como a identificação dos seus participantes, inclusive do sentenciado (fls. 60/63).

Ora, não é demais lembrar que a credibilidade dos depoimentos dos agentes de segurança penitenciária é repetidamente reconhecida pelos os Tribunais do país.

[...]

Em suma, porque a infração administrativa praticada pelo sentenciado ficou bem demonstrada, é de ser mantida a decisão judicial que homologou a conclusão da sindicância que culminou por atribuir-lhe responsabilidade por violar a proibição contida nos artigos 50, inciso I, e 39, inciso IV, da Lei de Execução Penal.

Dito isso, o pedido de desclassificação do fato para

falta de natureza média não procede.

É que, como visto, os elementos de convicção apurados na sindicância demonstraram que ALEX SANDRO participou de movimento para subverter a ordem e disciplina do estabelecimento prisional onde se encontra, violando claramente a norma contida no art. 50, inciso I, cc. art. 39, inciso IV, ambos da Lei da Execução Penal, que dispõem o seguinte:

Art. 39. Constituem deveres do condenado:

(...)

IV conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina;

(...)

Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que:

I - incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina; (...).

Tampouco merece acolhimento o argumento de que teria havido sanção coletiva, sem a individualização da conduta do sentenciado.

De fato, como antes ressaltado, durante o desenrolar da rebelião os servidores públicos Sebastião Anderson Soares de Azevedo (fls.

60/61) e Alexandre José Nunes (fls. 62/63) puderam identificar ALEX SANDRO como um dos internos que atuaram no sentido de causar danos na unidade prisional (patrimônio público) e subverter a ordem e disciplina internas, tendo ambos narrado o episódio com detalhes durante a sindicância administrativa instaurada para a sua devida apuração.

Dessa forma, impõe-se o afastamento da tese de ilegalidade da decisão judicial por suposta aplicação de sanção coletiva.

Em suma, as provas reunidas nos autos não deixam dúvida a respeito da prática da infração disciplinar de natureza grave pelo agravante.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência